

DO TRABALHO ESCRAVO ATÉ À SUA MESA DE JANTAR: TRABALHADORAS E TRABALHADORES MIGRANTES NA AGRICULTURA ITALIANA

*Paola De Meo, Marco Omizzolo e Piero Confalonieri*¹

Dezenas de milhares de pessoas foram engolidas pelo Mar Mediterrâneo enquanto tentavam chegar à Europa entre 2008 e 2015.² Os sobreviventes tiveram que se deparar com as autoridades da União Europeia (UE), que estão mais preocupadas em proteger as suas fronteiras do que em abordar as violações estruturais aos direitos humanos, que muitas vezes estão na origem das migrações forçadas.³ O sistema integrado de gestão das fronteiras estabelecido pelo acordo Schengen não está a cumprir o seu propósito. Em vez de garantir uma boa regulação da circulação, a legislação da UE prepara o caminho para um aumento da militarização das fronteiras terrestres e marítimas.⁴

1 Paola De Meo e Piero Confalonieri são membros da Terra Nuova, uma ONG que trabalha com direitos humanos. Para mais informações, veja: www.terranuova.org. Marco Omizzolo é sociólogo e membro da In Migrazione, uma cooperativa que trabalha com requerentes de asilo. Para mais informações, veja: www.inmigrazione.it. Os autores dedicam este artigo a Giulio Regeni, um jovem investigador dos movimentos sindicais que foi sequestrado e assassinado em circunstâncias pouco claras no Egito, no início de 2016. Agradecimentos especiais a Giovanni Lattanzi (Gruppo Umana Solidarietà Guido Puletti), Nora McKeon (Terra Nuova), Judith Hitchman (URGENCI) e Antonio Onorati (Centro Internazionale Crocevia) pelo seu apoio na revisão deste artigo. Este artigo foi escrito originalmente em inglês.

2 Amnistia Internacional. *Lives Adrift: Refugees and Migrants in Peril in the Central Mediterranean*. Londres: Amnistia Internacional, 2014. Disponível em: www.amnesty.org.uk/sites/default/files/eu-r050062014en.pdf.

3 Para mais informações sobre as migrações forçadas, veja: www.iom.int/key-migration-terms.

4 Traynor, Ian. "Is the Schengen dream of Europe without borders becoming a thing of the past?" *The Guardian*, 5 de janeiro de 2016. Disponível em: www.theguardian.com/world/2016/jan/05/is-the-schengen-dream-of-europe-without-borders-becoming-a-thing-of-the-past.

5 Veja: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). *1951 Convention Relating to the Status of Refugees and Its 1967 Protocol*. Genebra: ACNUR, 2011. Disponível em: www.unhcr.org/about-us/background/4ec262df/1951-convention-relating-status-refugees-its-1967-protocol.html.

A Itália é uma ponte entre a África e o continente europeu. As pessoas migram por muitas razões: algumas fogem do conflito e da guerra, outras da violência socio-económica estrutural. No entanto, as atuais medidas de integração e proteção das e dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados na Europa são claramente inadequadas. Muitas dessas pessoas são forçadas a viver em más condições e a procurar emprego informal e precário. Em Itália, as condições das trabalhadoras e trabalhadores agrícolas refletem o fracasso dos Estados na proteção dos direitos humanos das pessoas migrantes.

O quadro jurídico internacional para os refugiados tem um âmbito de aplicação limitado.⁵ Além disso, de acordo com as atuais regras da UE,⁶ os requerentes de asilo têm de permanecer no país onde se registam por primeira vez. Consequentemente, milhares de pessoas ficam involuntariamente "aprisionadas na Itália" à espera de uma decisão. Segundo dados oficiais, das 170 mil pessoas que desembarcaram em Itália em 2014, 65 mil pediram asilo.⁷ As demais arriscaram-se a cruzar irregularmente as fronteiras internas da UE.

TRABALHO MIGRANTE NA AGRICULTURA ITALIANA: DIREITOS NEGADOS AOS TRABALHADORES

Em Itália vivem milhares de mulheres e homens migrantes e requerentes de asilo provenientes da Índia, Eritreia, Nigéria e África Ocidental, que tentam alcançar a Europa Central e do Norte, mais atraentes no que diz respeito às medidas de integração e às oportunidades de emprego. O Estado oferece alojamento, alimentação, assistência jurídica e cuidados de saúde para os requerentes de asilo, até que a sua proteção internacional seja reconhecida e concedida por uma comissão especial,⁸ que, no entanto, não oferece autorização legal para trabalhar.⁹ Muitas pessoas migrantes precisam de começar a trabalhar urgentemente: mesmo uma pequena remessa de dinheiro pode ser vital para se sustentarem a si próprias e/ou às suas famílias no país de origem. Os requerentes de asilo que recebem um veredito final negativo, ou cuja proteção humanitária temporária expira, raramente regressam ao seu país de origem.

- 6 Veja, por exemplo, o Regulamento 604/2013 (conhecido como o Regulamento de Dublin) do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Disponível em: eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:180:051:0059:PT:PDF.
- 7 Serughetti, Giorgia. “Migrants arriving in Italy are mostly economic”—Incorrect.” *Open Migration*, 27 de dezembro de 2015. Disponível em: openmigration.org/en/fact-checking/what-is-the-real-number-of-refugees-arriving-in-italy.
- 8 Para mais informações, em italiano, sobre as Comissões Territoriais para o Reconhecimento da Proteção Internacional (Commissioni territoriali per il riconoscimento della protezione internazionale), veja: www.interno.gov.it/it/temi/immigrazione-e-asilo/protezione-internazionale/commissioni-territoriali-riconoscimento-protezione-internazionale.
- 9 Para mais informações, veja: www.asylumineurope.org/reports/country/Italy/asylum-procedure/general/short-overview-asylum-procedure#footnote1_080snk3.
- 10 Para mais informações, veja: www.istat.it/it/files/2015/09/SPA-2013.pdf?title=La+struttura+delle+aziende+agricole+-+02%2Fset%2F2015+-+Testo+integrale.pdf.
- 11 Para mais informações, veja o Enfoque 14.1 “A luta contra um sistema de semiescravidão”, abaixo.
- 12 Segundo dados obtidos em 2014 pelo Observatório Placido Rizzotto do sindicato FLAI CGIL, existem em Itália cerca de 400 mil mulheres e homens jornaleros agrícolas empregados por intermediários ilegais, dos quais 80% não são italianos e 100 mil são gravemente explorados.
- 13 Ethical Trading Initiative Norway (IEH), Ethical Trading Initiative (ETI) e Danish Ethical Trading Initiative (DIEH). *Due diligence in agricultural supply chains: Counteracting exploitation of migrant workers in Italian tomato production*. 2015. Disponível em: s3-eu-west-1.amazonaws.com/www.ethicaltrade.org/files/shared_resources/italian_tomato_production_report.pdf?C5ONcqtKkBGYqoLAfNJBjNqPOHul.
- 14 In Migrazione. *Doparsi per lavorare come schiavi*. Roma: 2014. Disponível em: www.inmigrazione.it/UserFiles/File/Documents/87_DOPARSI%20PER%20LAVORARE%20COME%20SCHIAVI.pdf.
- 15 Este valor está bastante abaixo do salário mensal médio em Itália. Para mais informações, veja: www.tradingeconomics.com/italy/wages.
- 16 Para mais informações, veja: www.inmigrazione.it.

Esta população “invisível” de homens e mulheres migrantes sem documentos, desprovidos de proteção estatal e cujos direitos humanos básicos são negados, está a crescer e a afetar significativamente alguns setores da economia. Deste modo, os migrantes indocumentados entram no mercado de trabalho sem poder de negociação e, na prática, sem direitos. Vivem à margem de um sistema que os exclui e empurra para setores nos quais são vítimas de exploração.

Muitos homens e mulheres migrantes sem documentos encontram trabalho como jornaleros agrícolas¹⁰ e são empregados no setor agrícola tanto do Sul como do Norte da Itália.¹¹ Embora a intermediação do trabalho ilegal tenha sido proibida em 2011, essas trabalhadoras e trabalhadores são muitas vezes vítimas de intermediários com ligações a empresas agrícolas e à máfia e que agem quase como capangas, retendo o seu monopólio sobre o tráfico local de seres humanos.¹² A situação varia segundo as condições contratuais e o estatuto jurídico dos trabalhadores (migrantes com títulos de residência temporários, migrantes indocumentados, requerentes de asilo à espera do estatuto de refugiados). Os migrantes sem títulos de residência são os mais vulneráveis.

A exploração é uma característica persistente de grande parte da economia agrícola italiana. É importante destacar que os proprietários rurais que utilizam trabalhadoras e trabalhadores migrantes também vendem os seus produtos nos mercados internacionais. A exploração de trabalhadores em situação irregular permite que os grandes proprietários rurais aumentem as suas margens de lucro e expulsem os seus concorrentes do mercado, especialmente as agricultoras e agricultores locais de pequena escala.

As mulheres e homens migrantes sazonais e jornaleros vivem frequentemente em condições precárias devido aos seus salários inadequados, o que os obriga a procurar abrigo para passar a noite em casas abandonadas, campos ou zonas residenciais desabitadas. Não dispõem de alimentos suficientes e muitas vezes vivem sem eletricidade, água, instalações sanitárias ou espaços para dormir adequados, tornando-se alvos de xenofobia e de ataques violentos pela população local, que os culpa pelas condições sanitárias deploráveis dos seus alojamentos. Estas violações dos direitos humanos são extremamente graves, especialmente as que dizem respeito aos direitos à alimentação e à nutrição adequada, ao alojamento e ao trabalho decente.¹³

A PROVÍNCIA DE LATINA: UM EXEMPLO ILUSTRATIVO DE TRABALHO ESCRAVO

Na província de Latina (região do Lácio, na Itália central), uma comunidade de cerca de 30 mil mulheres e homens indianos (sobretudo siques) trabalha como jornaleros agrícolas. As suas condições são sintomáticas deste tipo de exploração do trabalho, semelhante à escravidão. Muitos destes migrantes são também vítimas do tráfico internacional de seres humanos e do recrutamento ilegal. Vários trabalhadores e trabalhadoras indianos consomem substâncias como metanfetaminas, ópio e antiespasmódicos para suportar os rigores a que estão sujeitos.¹⁴ Trabalham 14 horas por dia, sete dias por semana e recebem aproximadamente €3,50 por hora.¹⁵ As mulheres e homens jornaleros indianos estão a intentar, pela primeira vez na história, ações judiciais coletivas contra um empregador italiano por falsificação de documentos, apoiados pelo sindicato agrícola da Confederação Geral do Trabalho Italiana (FLAI CGIL, na sigla em italiano) e pela In Migrazione, uma organização da sociedade civil (OSC).¹⁶ Desde 2015, o parlamento italiano está também a conduzir uma investigação sobre a intermediação ilegal.

A RESPOSTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DOS SINDICATOS

Com o aumento dos requerentes de asilo sírios desde 2012, ONGs e grupos de direitos humanos estão a investir os seus esforços principalmente no processo de receção de pessoas e na gestão diária desta situação de emergência crítica e complexa. Vários movimentos sociais e sindicatos oferecem aconselhamento jurídico e apoio aos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, além de realizar atividades de monitorização, sensibilização e formação. Algumas organizações oferecem aulas de língua italiana para promover a inclusão social.¹⁷

Novas formas de escravidão prosperam diante dos nossos olhos. No entanto, em vez de forçar as mulheres e homens migrantes a trabalhar num sistema de escravidão semelhante ao das plantações coloniais, os sindicatos deveriam reconhecer a oportunidade que estas pessoas representam para o repovoamento das regiões rurais. Por exemplo, a colina de Sonnino (Lácio) gaba-se de ter os três azeites mais premiados do país, porém apenas 20% do total de mais de um milhão de árvores podem ser cuidadas atualmente. Seguindo uma abordagem baseada nos direitos humanos, os migrantes podem ajudar a rejuvenescer a população agrícola, que está em processo de envelhecimento, e, ao mesmo tempo, beneficiar de um renascimento das zonas rurais.

O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO ADEQUADAS: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO

Ao observarmos o direito à alimentação e à nutrição adequadas pelo prisma da soberania alimentar, a nossa atenção volta-se para o controlo social do sistema alimentar. Surge então a questão: quem produz os nossos alimentos e em que condições?

Como vimos acima, em Itália são negados direitos humanos básicos às trabalhadoras e trabalhadores migrantes do sistema alimentar industrial. Porém, é importante notar que esta situação é sintomática das condições que prevalecem em boa parte do sistema industrial global de produção de alimentos, que permanecem invisíveis para os consumidores no final da cadeia de valor alimentar. Os consumidores que compram frutas e legumes baratos e de baixa qualidade desconhecem que os homens e mulheres trabalhadores são submetidos a condições extremas.¹⁸ A externalização dos custos tende a passar despercebida ao público, reforçando a crença comum de que é possível produzir “comida barata” e ocultando os abusos dos direitos humanos das trabalhadoras e trabalhadores agrícolas.

O sistema agrícola abandonou uma grande variedade de práticas agroecológicas sustentáveis baseadas em sistemas agrícolas de pequena escala. Ao mesmo tempo, a exploração em grande escala de trabalhadoras e trabalhadores mal remunerados contribui para forçar o nosso sistema alimentar a adaptar-se ao ritmo, custos e métodos de produção estabelecidos pelas cadeias industriais de distribuição de alimentos orientadas para os lucros. Enquanto o custo total das externalidades não estiver incluído no preço, e enquanto os Estados não respeitarem e aplicarem plenamente as normas relativas aos direitos humanos, incluindo as normas relativas ao trabalho expressas nas principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ninguém poderá ter certeza de que o que comemos não é um produto do trabalho escravo.

17 Veja, por exemplo, o projeto da In Migrazione's chamado *Bella Farnia*: www.inmigrazione.it/it/attivita-51/centro-polifunzionale-bella-farnia.

18 Omizzolo, Marco. “Il movimento bracciantile in Italia e il caso dei braccianti indiani in provincia di Latina”, em *Migranti e Territori Lavoro Diritti Accoglienza*. Roma: Saggi Ediesse, 2015.

CONCLUSÃO

Diferentes sindicatos e OSC estão empenhados em reverter os impactos negativos que a intermediação do trabalho de homens e mulheres migrantes tem tido sobre os direitos humanos. A “zona cinzenta” da economia ilegal expandiu-se, resultando no aumento das tensões entre as classes sociais desfavorecidas e, ao mesmo tempo, reforçando a presença da máfia na agricultura.

A UE precisa de definir um quadro legislativo comum para os direitos das pessoas migrantes baseado na solidariedade e nos direitos humanos. As leis da imigração promovem a procura por trabalhadoras e trabalhadores migrantes indocumentados e marginalizados, enchendo os bolsos de intermediários ilegais, cujos negócios prosperam. Um mercado de trabalho fragmentado, aliado à má comunicação ao longo da cadeia alimentar, faz com que as preocupações do setor agrícola se mantenham separadas das dos consumidores. Tal situação oculta a amarga realidade de que muitos sistemas agrícolas se baseiam na exploração e que a escravidão moderna encontrou o seu caminho até às nossas mesas de jantar.

*ENFOQUE 14.1 A luta contra um sistema de semiescravidão SOS Rosarno*¹⁹

O município de Rosarno, na região da Calábria, é uma das zonas mais férteis da Itália. A cidade de Rosarno situa-se numa plataforma sobre a planície de Gioia Tauro, onde a paisagem está repleta de plantações de oliveiras, árvores de fruto e vinhas. No entanto, grande parte da terra na planície foi deixada em pousio, abrindo caminho para a criação de novas formas de latifúndios e para uma onda de especulação por parte de empresas legais e ilegais. As relações de trabalho na agricultura são moldadas por estes desenvolvimentos e, sem dúvida, como descrito no artigo acima, as trabalhadoras e trabalhadores migrantes também enfrentam riscos terríveis, agravados pela sua absoluta vulnerabilidade.²⁰

Diante deste contexto, o grande aumento da “migração itinerante” tem feito crescer o número de homens e mulheres trabalhadores dispostos a disputar empregos precários na agricultura. Milhares de migrantes (especialmente africanos, que são trabalhadores sazonais ou estabelecidos, bem como imigrantes do leste europeu) chegam no início do outono e permanecem até o início do verão, ganhando a vida com a colheita de citrinos e azeitonas, ou com qualquer outro trabalho que consigam encontrar. Concentrados em bairros pobres que parecem guetos (como San Ferdinando, perto da cidade de Rosarno) e agrupados em grandes casas de odor desagradável espalhadas pelas regiões rurais, iniciam a sua jornada no início da madrugada, esperando nos cruzamentos até que os proprietários rurais ou intermediários os levem para trabalhar nos campos por salários escandalosamente baixos (aproximadamente €20 a €25 por dia).

As decisões políticas e económicas impostas de cima para baixo são fatores determinantes desta situação. Nas últimas décadas, a industrialização forçada da planície fértil de Gioia Tauro e a aprovação de “planos ambientais”, que incluem incineradoras, centrais elétricas, turbinas a gás e enormes terminais de gás, têm levado à degradação deste “jardim mediterrânico”. Para piorar a situação, os agricultores e agricultoras de pequena escala da região também são subjugados pelas forças do mercado e sofrem as consequências: são os grandes poderes económicos que, no

19 *SOS Rosarno* é uma associação de mulheres e homens migrantes e agricultores do sul da Itália, cujo trabalho se baseia na solidariedade e na agricultura orgânica. Para mais informações, veja: www.sosrosarno.org. Agradecimentos especiais a Paola de Meo (Terra Nuova), Judith Hitchman (URGENTI) e Antonio Onorati (Centro Internacional Crocevia) pelo seu apoio na revisão deste artigo. Este Enfoque foi escrito originalmente em francês.

20 Para mais informações sobre a situação das mulheres e homens trabalhadores migrantes em Rosarno, veja: Wasley, Andrew. “How Italy’s oranges are linked to modern day story of exploitation.” *The Guardian*, 18 de fevereiro de 2016. Disp: www.theguardian.com/sustainable-business/2016/feb/18/italy-oranges-slavery-coca-cola-exploitation. Veja também: Hooper, John. “Southern Italian town world’s ‘only white town’ after ethnic cleansing.” *The Guardian*, 11 de janeiro de 2011. Disponível em: www.theguardian.com/world/2010/jan/11/italy-rosarno-violence-immigrants.

final, determinam o preço dos citrinos. Por sua vez, os conflitos sociais entre pessoas que vivem em situação de pobreza intensificam-se: este efeito em cadeia é ainda mais visível numa sociedade como a nossa, que é movida pelo lucro. Desta forma, os explorados exploram os fracos – e os homens e mulheres trabalhadores migrantes e requerentes de asilo, especialmente os africanos, são reduzidos a mão de obra barata.

No entanto, existem focos de resistência e solidariedade, e a região tem uma série de exemplos de práticas alternativas. Em plena conformidade com a legislação vigente, a Associação SOS Rosarno e a cooperativa Mani e Terra uniram forças, tendo como base o respeito pelos seres humanos e pelo nosso planeta. Estas duas organizações sociais, económicas e culturais de mulheres e homens camponeses e migrantes do território de Rosarno trabalham em conjunto para denunciar e monitorizar as precárias condições de vida e de trabalho dos trabalhadores agrícolas. O seu principal objetivo é combater as condições semelhantes à escravidão, que resultam na perda da dignidade humana das mulheres e homens migrantes que trabalham nas colheitas.

Para mudar o sistema a partir das suas raízes, ambas as organizações arrendam terras na região e cultivam frutas e legumes, que são vendidos diretamente nos mercados locais e regionais ou transformados e enlatados para serem mais largamente distribuídos. Este sistema de produção garante rendimentos dignos às mulheres e homens camponeses e trabalhadores e preços justos para os consumidores, especialmente para os que mais sofrem os efeitos da crise económica. Além disso, demonstra que pode haver uma relação direta entre produtores e consumidores; ambos podem fazer parte da mesma equipa. Claramente, o sistema alimentar local, que é uma fonte de vida para todos, funciona perfeitamente sem a intervenção de intermediários que se aproveitam da privação social.